



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

**1382/2019**

Senhora Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Jackson Machado Pinto, Secretário Municipal de Saúde, pedido de informação para esclarecer o motivo da redução da meta física, prevista para os anos de 2020 e 2021, na subação 004 – Expansão do Programa de Controle do Tabagismo, decorrente da ação 2690 – Saúde da Família, Programa 157 – Atenção Primária à Saúde, área de resultado 001 – Saúde.

Esse requerimento se justifica pelo fato de, segundo o PPAG 2018-2021, o executado em 2018 para essa subação corresponder a 5.996 usuários atendidos. Além disso, as informações trazidas pelo Plano Municipal de Saúde 2018-2021 demonstram tendência de aumento significativo no número de fumantes atendidos na atenção primária à saúde.

Ainda, o Relatório Anual de Gestão de 2019 evidencia tendência de aumento na dispensação de medicamentos para o tratamento de fumantes. Dados apresentados no Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (2º Quadrimestre de 2019), quais sejam a incorporação do Programa de Controle do Tabagismo à Gerência de Promoção da Saúde e a capacitação de 120 profissionais farmacêuticos no Guia de Atuação do Farmacêutico no Tabagismo, podem corresponder a ações de ampliação e eficiência do controle do tabagismo.


Sabe-se que as abordagens, no escopo do Programa Municipal de Controle do Tabagismo, são realizadas, principalmente, por profissionais dos Centros de Saúde, Núcleos de Apoio à Saúde da Família e das Academias da Cidade, contando o município com 152 Centros de Saúde e 589 equipes de saúde da família.

Desse modo, considerando a previsão de ampliação, segundo o PPAG 2018-2021, do número de equipes de saúde da família para o ano de 2021 (de 589

para 600 ESF), pode-se esperar impacto positivo no número de usuários atendidos no Programa Municipal de Controle ao Tabagismo.

Assim, a redução da previsão do número de usuários atendidos, para subação em foco, no âmbito do SUS municipal, não se justifica pelos dados obtidos nos supracitados instrumentos de planejamento público. Mesmo que se considere a tendência de queda de prevalência do tabagismo, segundo dados da pesquisa que compõe o sistema de Vigilância de Fatores de Risco para doenças crônicas não transmissíveis, do Ministério da Saúde – Vigitel (2006 a 2018), o tabagismo, segundo a OMS, ainda corresponde a uma das principais causas de morte evitável no mundo.

Belo Horizonte, 1º de novembro de 2019.



Vereador Orlei

Relator

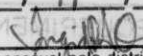
Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

**JUSTIFICATIVA – SUGESTÕES POPULARES nº 19 e 35 –**  
apresentadas por Nélcio Costa Dutra Júnior, em virtude da discussão dos Projetos de Lei de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2018-2021 – e do Orçamento Anual – LOA 2020, com o intuito de esclarecer o motivo da redução da meta física do Programa de Controle do Tabagismo.

À Senhora

Vereadora Marilda Portela

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
05 / 11 / 19

Responsável pela distribuição

Em 05/11/2019  
DIAPO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

### PROJETO DE LEI Nº 770/2019

### PARECER SOBRE A EMENDA Nº1

#### RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para a devida análise a Emenda nº 1 (fls. 23) ao Projeto de Lei nº 770/2019, que acrescenta ao art. 33, da Lei 8.725/03 o parágrafo 4º.

Tendo sido aprovado o Projeto em primeiro turno, em 09/09/2019, e havendo este recebido emenda, retorna às Comissões para análise da mesma.

A Comissão de Legislação e Justiça inicialmente apreciou a matéria concluindo em parecer pela sua Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade da Emenda nº 1.

Conforme determina o art. 52, III, "e", do Regimento Interno desta Casa, fui designado relator para análise da emenda quanto ao mérito desta Comissão.

#### FUNDAMENTAÇÃO

A Emenda Aditiva nº 1, adiciona o seguinte parágrafo quarto ao art. 33, da Lei 8.725/03:

*"As entidades religiosas e as associações sem fins lucrativos que não desenvolvam atividade industrial, comercial ou de serviços, com exceção daquela exclusivamente voltada para a consecução dos seus objetivos estatutários e, ainda, não remunere os membros ocupantes dos cargos de sua diretoria, deverão ser intimadas para se inscreverem nos CMC, na forma do*



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*regulamento, antes de provida a inscrição de ofício prevista no § 3º.*

Respeitando os limites de competência desta Comissão, em relação a criação de normas pertinentes ao direito tributário municipal, não vislumbramos nenhum óbice, pois, em verdade, a norma da Emenda em tela não tem o condão de criar tributos ou conceder qualquer tipo de isenção tributária, mas tem como objetivo intimar referidas instituições para se inscreverem nos Cadastros de Contribuintes de Tributos Mobiliários antes de sofrerem as devidas sanções.

## **CONCLUSÃO:**

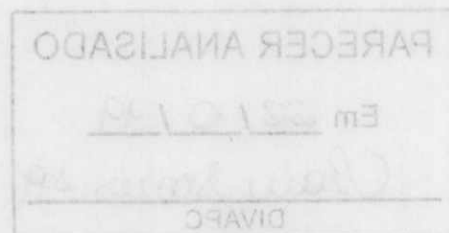
Por todo o exposto, concluo pela **aprovação** da emenda n.º 1 apresentada ao Projeto de Lei 770/2019.

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2019.

**VEREADOR ORLEI**

**AVANTE**

**RELATOR**





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROJETO DE LEI Nº 778/2019

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

PARECER EM 1º TURNO

## Relatório

O nobre colega **Vereador Jair Di Gregório** apresentou o **projeto de lei nº 778/2019** que ***“Acrescenta parágrafo único ao artigo 1º; altera o § 2º do artigo 5º; acrescentam os incisos IV E V ao artigo 11 da Lei nº 6.705/94 e dá outras providências”***.

A Comissão de Legislação e Justiça opinou pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto.

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor requereu que o projeto fosse baixado em diligência para esclarecimentos junto à Subsecretária de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, e ao Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescente, com resposta pela inviabilidade jurídica do projeto. Após, a referida comissão encaminhou o parecer pela aprovação do Projeto.

A Comissão de Administração Pública requereu prorrogação de prazo, que foi deferida. Após, a referida comissão pugnou pela aprovação do Projeto.

Designado relator para a matéria, conforme os termos do art. 52, III, “b” e “c” do Regimento interno desta Câmara, passo a traçar as devidas considerações.

## Fundamentação

A respeito da competência desta comissão, a matéria em comento deve passar pelo nosso crivo, conforme estabelece artigo 52, III, “b” e “c”, Regimento Interno desta casa.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à:**

**III - Comissão de Orçamento e Finanças Públicas:**

**b) repercussão financeira das proposições;**

**c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual:**

Precipuamente, a proposta apresentada pelo nobre vereador, trará impacto orçamentário e financeiro com a aprovação deste projeto, uma vez que gastos serão gerados, de acordo com os incisos IV e V no artigo 11 da Lei 6.705 que o projeto visa acrescentar.

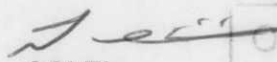
Também, não há apontamento da compatibilidade com o plano diretor, plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias e com o orçamento anual, visto que o nobre colega, no momento da propositura do projeto, não aponta a fonte de custeio.

Isto posto, verificadas as razões no que compete esta Comissão, há óbices para sua aprovação, nos termos do artigo 52, III, "b" e "c", do Regimento Interno desta casa.

### **Conclusão**

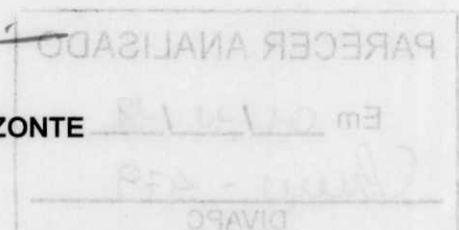
Diante do exposto, Senhores Pares, voto pela **rejeição do projeto de lei nº 778/2019.**

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2019.

  
**ORLEI**

**VEREADOR DE BELO HORIZONTE**

**AVANTE**





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROJETO DE LEI Nº 856/2019

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

PARECER EM 1º TURNO

## Relatório

O nobre colega Vereador Léo Burguês de Castro apresentou o projeto de lei nº 856/2019 que *“Autoriza a desafetação, para constituir patrimônio dominial do Município da Rua Professor Juscelino Paraíso, via não implantada, em toda sua extensão, localizada entre a Rua Professor Cristóvão dos Santos e Rua Jornalista Djalma Andrade, no Bairro Belvedere, planta CP:216007-M”*.

A Comissão de Legislação e Justiça concluiu pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto.

A Comissão de Meio Ambiente e Política urbana manifestou pela aprovação do Projeto.

A Comissão de Administração Pública concluiu pela aprovação do Projeto.

Designado relator para a matéria, conforme os termos do art. 52, III, “b” e “c” do Regimento interno desta Câmara, passo a traçar as devidas considerações.

## Fundamentação

A respeito da competência desta comissão, a matéria em comento deve passar pelo nosso crivo, conforme estabelece artigo 52, III, “b” e “c”, Regimento Interno desta casa.

**Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à:**



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### **III - Comissão de Orçamento e Finanças Públicas:**

**b) repercussão financeira das proposições;**

**c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual:**

Sem delongas, a proposta apresentada pelo nobre vereador não trará impacto orçamentário e financeiro negativo com a respectiva aprovação; ademais, não há incompatibilidade com o plano diretor, plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e com o orçamento anual; em verdade poderá trazer ganhos aos cofres públicos municipal, com possível alienação na modalidade venda ou permuta.

Isto posto, verificadas as razões no que compete esta Comissão, não há óbices para sua aprovação, nos termos do artigo 52, III, "b" e "c", do Regimento Interno desta casa.

### **Conclusão**

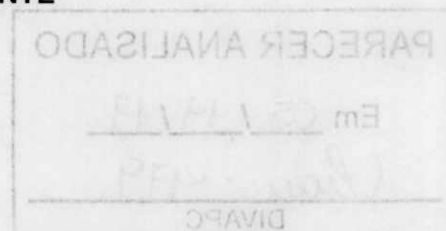
Diante do exposto, Senhores Pares, voto pela **aprovação do projeto de lei nº 856/2019.**

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2019.

**ORLEI**

**VEREADOR DE BELO HORIZONTE**

**AVANTE**







# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

### PARECER SOBRE AS SUGESTÕES POPULARES APRESENTADAS AOS PROJETOS DE LEI Nº 866/19 – REVISÃO DO PPAG 2018-2021 E 867/19 – LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2020

#### PARECER DO RELATOR

#### RELATÓRIO

A Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte, dando continuidade a procedimento consagrado por sua contínua prática e em atendimento aos princípios fundamentais que orientam a elaboração do planejamento orçamentário e financeiro do Município, notadamente os da publicidade e da transparência, realizou audiência pública para conhecimento, discussão e coleta de sugestões para alteração do Projeto de Lei nº 866/19 – Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2018-2021; e do Projeto de Lei nº 867/19 – Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2020 – LOA 2020, em 11/10/19, às 19h.

A audiência pública contou com divulgação nos meios de comunicação disponíveis, tendo sido transmitida ao vivo pela *internet* no sítio eletrônico institucional desta Câmara Municipal e ali disponibilizada na íntegra para posterior consulta e acompanhamento por parte da sociedade.

Dessa audiência participaram cidadãos e entidades sociais, além de gestores e servidores de órgãos da administração municipal, em especial da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão que, na pessoa de seu Secretário Adjunto de Planejamento, Orçamento e Gestão, Jean Mattos Duarte, apresentou as metas do Governo para os próximos dois anos e as perspectivas do planejamento orçamentário do Município para o exercício de 2020, traduzidas nos Projetos de Lei nº 866/19 (Projeto de Revisão do PPAG 2018-2021) e nº 867/19 (PLOA 2020).



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## FUNDAMENTAÇÃO

Em atendimento a solicitações realizadas por participantes de ciclos orçamentários anteriores, bem como do disposto no inciso I, §1º, art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas realizou audiência pública para a discussão do Projeto de Lei de Revisão do PPAG 2018-2021 e do Projeto de Lei do Orçamento para o exercício de 2020 no período noturno.

Digna de nota a qualidade e a profundidade das discussões sobre o planejamento orçamentário municipal, travadas nessas audiências públicas, o que reafirma a correção da metodologia adotada por esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, que há anos busca ofertar ao público externo cursos de qualificação para a discussão dos projetos de natureza orçamentária, orientando a apresentação de sugestões populares e fomentando a participação do cidadão no planejamento orçamentário do Município e no controle e avaliação das políticas públicas.

As sugestões populares de alteração dos Projetos de Lei citados, e que serão aqui avaliadas, foram colhidas por meio de formulário eletrônico, em plataforma acessível e de fácil navegação, disponibilizada pela Câmara Municipal. Com isso, permitiu-se maior clareza e objetividade quanto aos parâmetros a serem observados pelo proponente popular.

Cumprindo ainda afirmar que, além das sugestões colhidas, foram extremamente relevantes e pertinentes as manifestações da sociedade nas audiências públicas, bem como os esclarecimentos prestados pelos representantes do Poder Executivo, o que permitiu uma maior reflexão sobre o planejamento municipal.

Fui designado Relator para as sugestões populares, condição em que passo a emitir o meu parecer.

Cabe mencionar que a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da PBH tomou ciência das sugestões apresentadas por meio do sítio eletrônico da CMBH, e em 29/10/2019 encaminhou observações consolidadas dos órgãos da PBH com



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

argumentos técnicos acerca das sugestões. Os argumentos mais pertinentes serão considerados neste parecer.

Conforme deliberação da Comissão, as sugestões apresentadas serão analisadas e, se adequadas ao conteúdo dos Projetos de Lei de Revisão do PPAG 2018-2021 e do Orçamento para o exercício de 2020 e, ainda, se verificada a viabilidade de mérito, serão convertidas em emendas e outras proposições regimentais de autoria desta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.

Foram tempestivamente apresentadas 82 sugestões populares, integradas a este Parecer como se aqui estivessem transcritas. Elas foram analisadas e sistematizadas em grupos por área temática ou por semelhança de encaminhamentos a serem dados.

Passamos, pois, à apreciação das diversas sugestões populares formuladas, abaixo identificadas:

Sugestão nº	Autoria - conforme se apresentaram os autores
1	Matheus Souza
2	Franco Fernandes de Godói Rosário
3	Ernane dos Reis
4, 5, 8	Bruno Alexander Vieira Soares
6, 7, 10, 15, 19, 34, 35	Nélio Costa Dutra Júnior
9	Márcio Aurélio de Araújo e Almeida
11	Cristiano dos Santos
12, 13, 22, 24	Bruno Abreu Gomes
14	Hélio Fabiano Costa
16	Fernanda Godinho de Souza
17	Alga Marina Silva
18, 20	Flávio da Silva Paiva
21	Priscylla Ramalho Dias Ferreira
23, 25, 26, 27, 28, 32, 37, 41, 44, 45, 46, 76, 77, 78	Álvaro Mota Homem de Faria
29, 65	Carla Magna da Cunha
30, 31	Carlos Edward Campos
33, 36	Marcelo Amaral
38	André Henrique de Brito Veloso
39	Geraldo Cândido do Nascimento
40, 82	Letícia Birchall Domingues
42, 43	Luana Silva Costa



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sugestão nº	Autoria - conforme se apresentaram os autores
47, 49, 51, 53	Álvaro Mota, Ana Brandão Belisário, Lucas Augusto Ferreira de Oliveira
48, 55, 61, 64, 69, 80, 81	Célio Antunes
50, 56	Laura Fusaro Camey
52, 54, 59, 60, 63, 67	Adriana Cristina Araújo
57, 58, 62, 66, 68	Álvaro Mota, Ana Brandão Belisário, Lucas Augusto Ferreira de Oliveira, Fernanda Morato Bomtempo
70, 71, 72, 73, 74, 75, 79	Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema

**SUGESTÃO POPULAR Nº 1** – A sugestão, de autoria de Matheus Souza, objetiva a reestruturação do pavimento da Rua Monte Castelo, no bairro Santa Branca. Entretanto, as deduções propostas para o exercício de 2020 superam o limite de 30% de dedução orçamentária previsto no § 1º do art. 33 da Lei nº 11.190, de 6 de setembro de 2019, que “dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2020 e dá outras providências” - LDO 2020. Esse limite foi definido para que se possa preservar minimamente o planejamento inaugural da administração do Município, consubstanciado no Projeto de Lei em apreciação.

*“Art. 33 – [...] § 1º - As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual não poderão ser aprovadas, se atingido o percentual de 30% (trinta por cento) da dedução orçamentária, excetuando-se a dotação orçamentária referente à reserva de contingência.” (LDO 2020)*

Desse modo, acolho a sugestão nº 1, na forma de indicação que apresento.

**SUGESTÕES POPULARES Nº 2, 11, 39** - Essas sugestões, de autorias diversificadas, apresentam propostas de alteração às proposições de natureza orçamentária sem apontar estimativa de custo para as ações sugeridas ou dotações de acréscimo e dedução, sendo, portanto, insuficientes as informações para seu acolhimento na forma de emenda.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A sugestão nº 2, de autoria de Franco Fernandes de Godói Rosário, tem por objetivo destinar maior aporte de recursos financeiros ao Centro de Zoonoses de Belo Horizonte, principalmente para viabilizar a acolhida e doação de gatos.

A sugestão nº 11, de autoria de Cristiano dos Santos, propõe a abertura da Rua Tabapuam, próximo ao nº 286, no bairro Dom Bosco.

A sugestão nº 39, de autoria de Geraldo Cândido do Nascimento, solicita o saneamento, a drenagem e a pavimentação da Rua Afonso Torres, no trecho compreendido entre as Ruas Zacarias Caxangá e Alga Verde, no Bairro Jardim Guanabara.

Diante da importância destas propostas para os munícipes, acolho as sugestões nº 2, 11 e 39 na forma de indicações que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 3 – A sugestão, de autoria de Ernane dos Reis, tem por objetivo destinar recursos para a realização do processo seletivo interno para a promoção ao posto hierárquico de Subinspetor no âmbito da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte, com o intuito de garantir o cumprimento do disposto no art. 27 da Lei Municipal nº 11.154/2019. No entanto, essa proposta não se coaduna às matérias previstas nas leis orçamentárias anuais, não sendo possível incluí-la ao PLOA 2020 por vedação expressa do §8º do art. 165 da Constituição Federal (CF/88).

*“Art. 165 – [...] § 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.” (CF/88)*

Dessa forma, acolho a sugestão nº 3, na forma de indicação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 4 – A sugestão, de autoria de Bruno Alexander Vieira Soares, solicita a implantação de um CERSAM Saúde Mental na Regional Centro-Sul do Município no exercício de 2021 (área de resultado 1, programa 114, ação 2891, subação 13). De acordo com o informado pela PBH, as regionais Leste e Oeste já atendem à população da região Centro-Sul.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Por esta razão, acolho a sugestão nº 4 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 5 – A sugestão, de autoria de Bruno Alexander Vieira Soares, propõe reforçar a subação “05 - Consultórios de Rua” na área de resultado 1, programa 157, ação 2690. Não há correspondência entre as metas físicas e as metas financeiras para a implementação da proposta, fato que não se coaduna com o art. 36 da LDO 2020, o qual determina:

*“Art. 36 - Não poderão ser apresentadas ao PLOA emendas com recursos insuficientes para a conclusão de uma etapa da obra ou para o cumprimento de parcela do contrato de entrega do bem ou serviço”. (LDO 2020)*

Desse modo, acolho a sugestão nº 5 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 6 – A sugestão, de autoria de Nélcio Costa Dutra Júnior, pretende revisar os índices, para os anos de 2020 e 2021, do indicador “Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica”. Embora o Plano Municipal de Saúde (PMS) preveja aumento das equipes de saúde bucal até 2021, no Projeto de Revisão do PPAG 2018 – 2021, não há previsão de ampliação do número equipes na subação “02 – Equipes de Saúde Bucal”, da área de resultado 1, programa 157, ação 2690. Dessa forma, a meta física da subação citada corrobora o atual indicador.

Por esta razão, acolho a sugestão nº 6 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 7 – A sugestão, de autoria de Nélcio Costa Dutra Júnior, propõe o desmembramento da ação “1216 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde” em subações, de modo a permitir a identificação do tipo de estabelecimento a ser construído, ampliado ou reformado e aumentar a transparência da gestão pública.

Esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas não dispõe de dados suficientes para promover o desmembramento proposto. O Poder Executivo, nesse caso, possui ferramentas que possam viabilizar o detalhamento da ação no



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

processo de Revisão do PPAG 2018 - 2021, a fim de possibilitar o acompanhamento pela sociedade da execução físico-financeira da ação.

Por esta razão, acolho a sugestão nº 7 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 8 – A sugestão, de autoria de Bruno Alexander Vieira Soares, tem por objetivo criar a subação “Implantação de Unidade de Acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas”, na área de resultado 1, programa 114, ação 2891. Não há correspondência entre o objeto do gasto e as metas financeiras para a implementação da proposta, fato que vai de encontro ao disposto no art. 36 da LDO 2020.

Desse modo, acolho a sugestão nº 8 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 9 – A sugestão, de autoria de Márcio Aurélio de Araújo e Almeida propõe reforço da subação “02 – Implantação e Reforma de Infraestrutura Esportiva e de Lazer”, na área de resultado 3, programa 101, ação 2534. A fim de realizar a dedução, o autor indicou a unidade orçamentária 2700 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a qual não possui recursos para a ação 2307 no ano de 2020. Ademais, o cidadão não foi claro ao determinar o objeto do gasto em sua justificativa.

Por estas razões, deixo de acolher a sugestão nº 9.

SUGESTÃO POPULAR Nº 10 – A sugestão, de autoria de Nélcio Costa Dutra Júnior, pretende retificar no Projeto de Revisão do PPAG 2018-2021 a meta física da subação “03 - Centros de Reabilitação (CREAB)”, correspondente à área de resultado 1, programa 114, ação 2891. Tendo em vista que no ano de 2019 a meta física foi de 4 equipamentos existentes, é incoerente que as metas físicas estejam zeradas nesta Revisão do PPAG para os anos de 2020 e 2021.

Desse modo acolho a sugestão nº 10 na forma de indicação que apresento, para que o Poder Executivo Municipal faça a retificação.

SUGESTÕES POPULARES Nº 12, 13, 22 e 24 – As sugestões, de autoria de Bruno Abreu, propõem alterações na área de resultado Saúde.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

As sugestões nº 12 e 22 propõem ampliar a meta de 500 para 1.000 pessoas capacitadas na subação “5 – Capacitação de Conselheiros”, na área de resultado 1, programa 204, ação 2334, para adequar o PPAG ao PMS. Para aumentar meta física é necessário aumentar o aporte de recursos financeiros para a ação. Na sugestão nº 12, o autor não indicou a dotação de dedução para viabilizar sua proposta. Tal apontamento foi realizado na sugestão nº 22, sendo o valor de R\$ 1.112.665,00 deduzido da Reserva de Contingência. Ocorre que o art. 15 da LDO 2020 determina o limite mínimo para essa dotação na LOA 2020.

*“Art. 15 - A LOA conterá dotação para Reserva de Contingência, no valor de até 0,2% (zero vírgula dois por cento) e no mínimo de 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) da Receita Corrente Líquida fixada para o exercício de 2020, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para o atendimento ao disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00.” (LDO 2020)*

Associado a isso, em reunião realizada em 02/10/2019, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas aprovou o requerimento nº 1191/2019 que definiu o seguinte critério para a apreciação de emendas:

*“Na dedução de valores da Reserva de Contingência, será fixado o valor de R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais) para cada vereador, além do qual serão as emendas rejeitadas independentemente do saldo da dotação. A aplicação deste limite se justifica pela obrigação de manter um saldo mínimo na conta de Reserva de Contingência (art. 15 da Lei 11.190/19 — LDO);”*

A utilização da Reserva de Contingência para emendas parlamentares restringe sobremaneira o uso desses recursos ali alocados para o Orçamento de 2020. Dada a importância das sugestões nº 12 e 22, que visam a atender o PMS, acolho-as na forma de indicação que apresento.

A sugestão nº 13 propõe adequar as metas físicas de 589 em 2020 e 600 em 2021 para 604 equipes existentes na subação “07 – Equipes de Saúde da Família”, na área de resultado 1, programa 157, ação 2690, para adequar o PPAG ao PMS. O autor levou em consideração que havia previsão de 5 novas equipes em 2018 e 10 em 2019. No entanto, a ampliação prevista nesses anos não foi efetivada, não



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sendo possível, portanto, adequar a meta física de equipes existentes para os anos seguintes.

Deixo, portanto, de acolher a sugestão nº 13.

Já a sugestão nº 24 propõe reforçar a subação “03 – Realização de Conferências”, na área de resultado 1, programa 204, ação 2334 para o ano de 2021.

Acolho integralmente esta sugestão na forma de emenda que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 14 – A sugestão, de Hélio Fabiano Costa, visa a ampliar a concessão de bilhetes sociais na área de resultado 3, programa 113, ação 2327, subação 05.

Acolho integralmente a sugestão nº 14 na forma de emenda que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 15 – A sugestão, de autoria de Nélio Costa Dutra Júnior, pretende criar a subação “Construção de nova área para CREAB Leste” na área de resultado 1, programa 204, ação 1216 no exercício de 2021, prevendo R\$ 2.500.000,00 em recursos. De acordo com o informado pela PBH, o Ministério da Saúde estima o custo da construção desse equipamento em R\$ 4.500.000,00. Sendo assim, a sugestão não atende ao disposto no art. 36 da LDO 2020.

Por esta razão, acolho a sugestão nº 15 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÕES POPULARES Nº 16, 17, 18 e 20 – As sugestões, de autorias diversas, propõem retomar subações na área de resultado 3, programa 127, ação 2819, que foram inativadas no Projeto de Revisão do PPAG 2018-2021.

A sugestão nº 16, de autoria de Fernanda Godinho de Souza, propõe retomar a subação “05 – Implementação de rede de internet com livre acesso no Centro de Referência da Juventude (CRJ)”; a sugestão nº 17, de autoria de Alga Marina Silva, a subação “06 – Montagem da cozinha coletiva do Centro de Referência da Juventude”; e a sugestão nº 20, de autoria de Flávio da Silva Paiva, a subação “07 - Equipagem do Estúdio do CRJ”. A PBH informou que a execução de todas as atividades ligadas ao CRJ foi concentrada na subação “03 – Promoção das Juventudes em atividades no Centro de Referência da Juventude – CRJ”. Para





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

adequar as sugestões a esta informação, elas foram contempladas na subação 03, especificando-se as medidas a serem adotadas com a ampliação da subação.

Dessa forma, acolho as sugestões nº 16, 17 e 20 na forma de emendas que apresento.

Já a sugestão nº 18, de autoria de Flávio da Silva Paiva, pretende retomar a subação "08 – Sonorização do Auditório, Arena e Sala das Artes do CRJ". No entanto, a dedução proposta para o exercício de 2020 supera o limite de 30% de dedução orçamentária previsto no § 1º do art. 33 da LDO 2020.

Diante da relevância desta sugestão, acolho-a na forma de indicação que apresento.

SUGESTÕES POPULARES Nº 19 e 35 – As sugestões, idênticas, de autoria de Nélcio Costa Dutra Júnior, pretendem revisar a meta física, para os anos de 2020 e 2021, da subação "04 – Expansão do Programa Controle do Tabagismo", da área de resultado 1, programa 157, ação 2690. De fato, tanto o PMS, quanto as prestações de contas quadrimestrais de 2018 e de 2019 apontam para aumento dos atendimentos para cessação do tabagismo. Se a PBH já atende atualmente mais pacientes que o previsto para 2020 e 2021, fica difícil avaliar a razão da redução da meta física, o que contraria o próprio escopo da subação que propõe a expansão do programa. No entanto, o autor não apontou recursos para efetivar a sugestão, o que me impede de acolhê-la como emenda.

Diante do exposto, acolho as sugestões nº 19 e 35 na forma de pedido de informação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 21 – A sugestão, de autoria de Priscylla Ramalho Dias Ferreira, tem por objetivo retomar a subação "04 – Atendimento psicossocial às juventudes – CRJ", na área de resultado 3, programa 127, ação 2345, também inativada no Projeto de Revisão do PPAG 2018-2021. A dedução proposta para o exercício de 2020 superou o limite de 30% de dedução orçamentária previsto no § 1º do art. 33 da LDO 2020.

Desse modo, acolho a sugestão nº 21, na forma de indicação que apresento.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SUGESTÃO POPULAR Nº 23 – A sugestão, de autoria de Álvaro Mota Homem de Faria, solicita criar, para os anos de 2020 e 2021, a subação “Equipar Escolas com Tecnologias para Educação”, na área de resultado 2, programa 140, ação 2926. A dedução proposta para o exercício de 2020 superou o limite de 30% de dedução orçamentária previsto no § 1º do art. 33 da LDO 2020.

Dessa forma, acolho parcialmente a sugestão nº 23, na forma de emenda que apresento, suprimindo o ano de 2020.

SUGESTÃO POPULAR Nº 25 – A sugestão, de autoria de Álvaro Mota Homem de Faria, tem por objetivo criar, para os anos de 2020 e 2021, a subação “Construção e Reformas de Banheiros com Acessibilidade”, na área de resultado 2, programa 167, ação 2701 para atender às estratégias traçadas no Plano Municipal de Educação (PME). Para adequar melhor ao objeto, a sugestão foi contemplada como reforço de dotação, especificando-se as obras desejadas, na área de resultado 2, programa 168, ação 2046, subação “03 – Atendimento às Escolas com Recursos de Obras” ao invés do indicado pelo cidadão. Ressalto que, após tal adequação, os recursos de acréscimo propostos pelo cidadão serão destinados à Caixa Escolar, cuja natureza jurídica é de direito privado. De acordo com o §2º do art. 33 da LDO 2020, “as emendas ao PLOA não poderão ser destinadas a entidades privadas”.

Por estas razões, acolho parcialmente a sugestão nº 25 na forma de emenda que apresento, suprimindo o ano de 2020.

SUGESTÕES POPULARES Nº 26, 27, 32, 44 e 78 – As sugestões, de autoria de Álvaro Mota Homem de Faria, propõem o remanejamento de recursos dentro da área de resultado Educação.

As sugestões nº 26 e 78, idênticas, pretendem criar a subação “Construção e Equipagem de Laboratórios de Ciências” e a sugestão nº 27, a subação “Construção de Bibliotecas” no programa 168, ação 1211. A sugestão nº 32 pretende criar a subação “Acompanhamento Pedagógico para Ciências Humanas e Ciências da Natureza” no programa 168, ação 2702 e a sugestão nº 44, a subação “Passe Livre para Estudantes de Famílias Vulneráveis” no programa 140, ação 2317. Juntas, as



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cinco sugestões movimentam R\$ 36.500.000,00 no orçamento da educação. Em que pese a relevância das sugestões dadas pelo autor, o total remanejado é muito alto e pode descaracterizar o planejamento da PBH para esta área. Modificações de tal monta podem prejudicar o funcionamento regular da educação municipal. Para fins de comparação, no ano passado, o total remanejado de todo o orçamento previsto para 2019 durante a tramitação nesta casa, incluindo emendas de vereadores e sugestões populares, foi de 52,5 milhões de reais. O proposto pelo cidadão representa aproximadamente 70% deste valor.

Por esta razão, acolho as sugestões nº 26, 27, 32, 44 e 78 como indicações que apresento.

SUGESTÕES POPULARES Nº 28 e 66 – As sugestões pretendem enviar recursos para a educação deduzindo recursos da modernização da infraestrutura física do Poder Legislativo Municipal. Não é possível acolher tais sugestões na forma de emenda por interferirem diretamente na autonomia do Poder Legislativo, cuja gestão está entregue à Mesa, o que compromete o próprio funcionamento da Câmara Municipal, que ficaria sem recursos para intervenções de infraestrutura já programadas para os anos de 2020 e 2021.

A sugestão nº 28, de autoria de Álvaro Mota Homem de Faria, propõe criar a subação “Implantação de Cursinhos Populares nas Escolas Municipais” na área de resultado 2, programa 168, ação 2702. A proposta apresentada já está contemplada na subação “13 - Cursos Preparatórios” constante da ação indicada pelo cidadão, em que serão ministrados cursos, em regime experimental, para participantes do Programa Escola Aberta. Tal programa é realizado em nove escolas da Rede Municipal de Educação, sendo uma em cada regional, buscando-se os mesmos objetivos apresentados na proposta de acréscimo em questão.

Por esta razão, deixo de acolher a sugestão nº 28.

Já a sugestão nº 66, de autoria de Álvaro Mota Homem de Faria, Ana Brandão Belisário, Lucas Augusto Ferreira de Oliveira, Fernanda Morato Bomtempo, propõe capacitar 200 professores para o atendimento ao Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) por ano. Para isso os cidadãos destinam R\$ 120.000,00 por ano, valor orçado pela PBH para capacitar metade do número de professores no



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

exercício de 2019. Sendo assim, a sugestão não atenderia o disposto no art. 36 da LDO 2020.

Diante da relevância desta sugestão, acolho-a na forma de indicação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 29 – A sugestão, de autoria de Carla Magna da Cunha, pretende criar, para o exercício de 2020, a subação “Aquisição de equipamento odontológico para unidades de saúde” na área de resultado 1, programa 114, ação 2891. Contudo, a dedução realizada na ação “2035 – Custeio dos Serviços de Iluminação Pública”, da área de resultado 9, programa 84, é vedada pelo inciso V do art. 33 da LDO 2020, que determina:

*“Art. 33 - Não poderão ser apresentadas emendas ao PLOA que aumentem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:*

*[...]*

*V - recursos orçamentários com a modalidade de aplicação 91 e recursos cuja origem das fontes de recursos seja Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública;” (LDO 2020)*

Dessa forma, acolho a sugestão nº 29 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÕES POPULARES Nº 30, 31, 33, 36 e 40 – As sugestões, de autorias diversificadas, pretendem deduzir recursos de ações do poder público municipal relacionadas à infraestrutura urbana.

A sugestão nº 30, de autoria de Carlos Edward Campos, objetiva reforçar, para os anos de 2020 e 2021, a subação “12 – Manutenção da estrutura cicloviária”, área de resultado 7, programa 304, ação 1393. O autor sugere a dedução na área de resultado 9, programa 233, ação “1208 – Conservação de Vias Urbanas”.

A sugestão nº 31, de autoria de Carlos Edward Campos, propõe o reforço da subação “02 – Projeto Pedala BH – Implantação de Estrutura Cicloviária”, nos anos de 2020 e 2021, área de resultado 7, programa 304, ação 1393. O cidadão deduz recursos da área de resultado 7, programa 62, ação “1330 – Obras Estruturantes do Sistema Viário”.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A sugestão nº 33, de autoria de Marcelo Amaral, tem por objetivo reforçar a subação “01 – Projeto Pedala BH – Correção de Interseções inseguras das ciclovias/ciclorrotas”, nos anos de 2020 e 2021, área de resultado 7, programa 304, ação 1393. O autor pretende deduzir recursos da área de resultado 9, programa 233, ação “1208 – Conservação de Vias Urbanas”.

A sugestão nº 36, de autoria de Marcelo Amaral, tem por objetivo criar a subação “Implantação de estacionamentos públicos para bicicletas integrado ao transporte coletivo”, na área de resultado 7, programa 304, ação 1393. O cidadão pretende deduzir recursos da área de resultado 9, programa 233, ação “1396 – Infraestrutura Urbana”.

A sugestão nº 40, de autoria de Letícia Birchall Domingues, propõe criar, para os anos de 2020 e 2021, a subação “Implantação de funcionalidade de denúncia de assédio em aplicativos de mobilidade - NINA”, na área de resultado 7, programa 303, ação 2909. A cidadã realiza a dedução na área de resultado 7, programa 62, ação “1230 – Implantação e Reconstrução de Vias Públicas”.

Em que pese a relevância de tais sugestões, as deduções relacionadas acima podem descaracterizar o planejamento da PBH no que tange à manutenção da cidade e ao sistema viário municipal. Modificações de tal natureza podem prejudicar sobremaneira o funcionamento básico das ações públicas concernentes à infraestrutura urbana.

Por esta razão, acolho as sugestões nº 30, 31, 33, 36 e 40 na forma de indicações que apresento.

**SUGESTÃO POPULAR Nº 34** – A sugestão, de autoria de Nélcio Costa Dutra Júnior, propõe reforçar a subação “07 – Equipes de Saúde da Família”. O cidadão acrescenta 28 equipes para o ano de 2021 e estima, para cada equipe, o custo anual de R\$ 240.000,00, totalizando R\$ 2.395.680,00. Contudo, o valor indicado na proposta está subdimensionado, o qual deveria totalizar em cerca de R\$ 6.720.000,00, considerando a composição de profissionais.

Tendo em vista que não há correspondência entre o objeto do gasto e as metas financeiras para a implementação da proposta, acolho a sugestão nº 34 na forma de indicação que apresento.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SUGESTÃO POPULAR Nº 37 – A sugestão, de autoria de Álvaro Mota Homem de Faria, propõe fornecer “Transporte Escolar para Estudantes de Cursinhos Populares” na área de resultado 2, programa 168, ação 2080.

A CF/88 determina que os Municípios atuem prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, os Estados, por sua vez, devem atuar no ensino fundamental e médio. Importante destacar o § 5º do art. 211, o qual esclarece que a educação básica pública (ou seja, educação infantil, ensino fundamental e médio) deve atender prioritariamente ao ensino regular.

*“Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. [...]”*

*§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.*

*§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. [...]”*

*§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.”*  
(CF/88)

Já a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – reafirma o disposto na CF/88 e complementa que os Municípios só poderão atuar em outros níveis de ensino quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, e somente com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela CF/88 à manutenção e desenvolvimento do ensino. Quanto ao transporte de estudantes, o inciso X do art. 4º da LDB garante aos alunos da educação infantil e do ensino fundamental vaga em escola pública mais próxima de sua residência. No entanto, caso necessário, o Município só pode assumir o transporte de alunos do ensino fundamental, conforme previsto no inciso VI do art. 11 da LDB. No caso de alunos da rede estadual, o transporte deve ser assumido pelos Estados, segundo o inciso VII do art. 10 da mesma lei. Os cursinhos preparatórios não integram o ensino regular. Portanto, não são de oferta e atendimento obrigatórios por parte dos Estados e Municípios. Caso o Município optasse por assumir o transporte de alunos destes cursos, só seria possível para aqueles matriculados no ensino fundamental, e não para alunos do ensino médio.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*“Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...]”*

*X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.”*

*“Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de: [...]”*

*VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei;*

*VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.”*

*“Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: [...]”*

*V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.*

*VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.” (LDB)*

Diante dessa restrição, deixo de acolher a sugestão nº 37.

**SUGESTÃO POPULAR Nº 38** – A sugestão, de autoria de André Henrique de Brito Veloso, tem por objetivo alterar a redação da subação “04 – Substituição de 60% da Frota Municipal por Novos Ônibus com Suspensão a Ar e Sistema de Ar Condicionado” por “Substituição de 60% da Frota Municipal por Novos Ônibus com Suspensão a Ar e Piso Baixo”. O autor, nesse caso, pretende alterar requisitos dos contratos de concessão do transporte público no Município. No entanto, essa proposta não se coaduna às matérias previstas nas leis orçamentárias anuais, não sendo possível incluí-la ao PLOA 2020 por vedação expressa do §8º do art. 165 da CF/88. Ainda, a subação visa a atender ao decreto nº 16.568/2017 que dispõe sobre os veículos que prestam serviços de transporte público coletivo e convencional de passageiros por ônibus do Município de Belo Horizonte.

Dessa forma, acolho a sugestão nº 38 na forma de indicação que apresento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SUGESTÃO POPULAR Nº 41 – A sugestão, de autoria de Álvaro Mota Homem de Faria, pretende criar, para os exercícios de 2020 e 2021, a subação “Pesquisa EJA - BH” na área de resultado 2, programa 168, ação 2706. Contudo, a dedução realizada para o ano de 2020 na unidade orçamentária “501 – Fundo da Procuradoria-Geral do Município”, ação 2830, área de resultado 10, programa 3, é vedada pelo inciso VI do art. 33 da LDO 2020, que determina:

*“Art. 33 - Não poderão ser apresentadas emendas ao PLOA que aumentem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:*

*[...]*

*VI - recursos destinados aos fundos municipais.” (LDO 2020)*

Diante dessa restrição, acolho parcialmente a sugestão nº 41, na forma de emenda que apresento, suprimindo o ano de 2020.

SUGESTÕES POPULARES Nº 42 e 43 – As sugestões, de autoria de Luana Silva Costa, propõem o remanejamento de recursos dentro da ação 2035 “Custeio dos Serviços de Iluminação Pública”, área de resultado 9, programa 84.

A sugestão nº 42 pretende criar a subação “Projetar iluminação em nível baixo” para o ano de 2020 e a sugestão nº 43, a subação “Implantar iluminação em nível baixo” para o ano de 2021.

Entretanto, o inciso V do art. 33 da LDO 2020 veda a apresentação de emendas que deduzam valores cuja origem das fontes de recursos seja a Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública.

Tendo em vista que essas sugestões possuem conteúdos complementares, o não acolhimento como emenda da sugestão nº 42 inviabiliza a execução da proposta nº 43.

Por esses motivos, acolho as sugestões nº 42 e 43 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÕES POPULARES Nº 45, 46, 47, 49, 51, 57, 58 e 62 – As sugestões, de autorias diversas, propõem o remanejamento de recursos dentro da área de resultado Educação.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A sugestão nº 45, de autoria de Álvaro Mota Homem de Faria, propõe capacitar 540 gestores da educação em cada ano no programa 140, ação 2041, subação 01. Para isso, o cidadão destina R\$ 2.000,00 por ano. Para 2019, a PBH orçou R\$6.000,00 para capacitar 16 profissionais.

A sugestão nº 46, também de mesma autoria, tem por objetivo capacitar 550 profissionais de apoio administrativo da educação em cada ano no programa 140, ação 2041, subação 04. O próprio autor argumenta em sua justificativa que o valor de R\$ 2.000,00 é simbólico.

A sugestão nº 47, de autoria de Álvaro Mota, Ana Brandão Belisário e Lucas Augusto Ferreira de Oliveira, propõe realizar 4 eventos na subação 06. Os próprios autores argumentam em sua justificativa que o valor de R\$ 2.000,00 é simbólico.

A sugestão nº 49, dos mesmos autores, propõe a participação de 7.000 pessoas por ano na subação "09 - Formação continuada: Diálogos sobre a Convivência Escolar", no programa 140, ação 2041. Os próprios autores enfatizam em sua justificativa que o valor de R\$ 2.000,00 é simbólico.

A sugestão nº 51, também dos cidadãos Álvaro Mota, Ana Brandão Belisário e Lucas Augusto Ferreira de Oliveira, solicita a participação de 6.400 pessoas em cada ano nos cursos de formação em tecnologias digitais para usos pedagógicos no programa 140, ação 2041, subação 10. Os próprios autores argumentam em sua justificativa que o valor de R\$ 10.000,00 é um incentivo à execução da subação.

A sugestão nº 57, dos autores Álvaro Mota, Ana Brandão Belisário, Lucas Augusto Ferreira de Oliveira e Fernanda Morato Bomtempo, tem por objetivo qualificar 600 professores em história indígena e afro-brasileira em cada ano no programa 167, ação 2041, subação 03. Para isso, os cidadãos destinam R\$ 2.000,00 por ano. Para 2019, a PBH orçou R\$ 10.000,00 para capacitar 600 profissionais.

A sugestão nº 58, dos autores acima, propõe realizar 18 eventos em cada ano no programa 167, ação 2041, subação 06. Os autores destinam apenas R\$ 2.000,00 para a subação, sendo o valor simbólico, assim como na sugestão 47.

A sugestão nº 62, também dos mesmos autores, solicita formar 400 professores para promoção da igualdade étnico-racial em cada ano no programa



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

167, ação 2041, subação 08. Mais uma vez foram destinados os valores simbólicos de R\$ 2.000,00 por ano.

Conforme abordado anteriormente, o art. 36 da LDO 2020 veda emendas parlamentares com recursos insuficientes para entrega do bem ou serviço. Ainda, as subações correspondentes aos acréscimos solicitados pelos cidadãos foram inativadas no Projeto de Revisão do PPAG 2018-2021, sob a justificativa de que foram unificadas as formações no Centro de Formação de Professores.

Diante do exposto, acolho as sugestões nº 45, 46, 47, 49, 51, 57, 58 e 62 na forma de indicações que apresento.

SUGESTÕES POPULARES Nº 48, 61, 64 e 69 – Nessas sugestões, de autoria de Célio Antunes, não se observa a correspondência entre o objeto do gasto e as metas financeiras para a implementação das propostas apresentadas.

A sugestão nº 48 propõe a pavimentação asfáltica em toda a extensão da Rua Azaleia, no Bairro Jardim Vitória.

A sugestão nº 61 propõe a pavimentação asfáltica em toda a extensão da Avenida A, no Bairro Madre Teresa.

A sugestão nº 64 propõe o recapeamento e colocação de meio fio em toda a extensão da Rua Augusta Sacchetto Scalzo, no Bairro Jardim Vitória.

A sugestão nº 69 propõe o recapeamento, implantação de meio fio e construção de passeio público na Rua dos Borges, no Bairro Jardim Vitória, entre a Rua Dona Chiquinha e a Rua Augusta Sacchetto Scalzo.

Tendo em vista que o art. 36 da LDO 2020 veda emendas parlamentares com recursos insuficientes para entrega do bem ou serviço, acolho as sugestões nº 48, 61, 64 e 69 na forma de indicações que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 50 – A sugestão, de autoria de Laura Fusaro Camey, propõe criar, para os anos de 2020 e 2021, a subação “Iniciativas de Promoção de Cultura e Lazer para Usuários de Saúde Mental” na área de resultado 1, programa 114, ação 2891. A cidadã realiza a dedução em duas ações: uma na ação 1230, programa 62, área de resultado 7; e outra na ação 2035 – Custeio dos Serviços de Iluminação Pública, na área de resultado 9, programa 84. O inciso V do





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

art. 33 da LDO 2020 veda a apresentação de emendas que deduzam valores cuja origem das fontes de recursos seja a Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública. Além disso, ainda que não haja tal proibição na LDO 2020 para o ano de 2021, os recursos arrecadados pela COSIP devem ser obrigatoriamente direcionados para o custeio da iluminação pública.

Por estas razões, acolho a sugestão nº 50 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÕES POPULARES Nº 52, 54, 59, 60 e 63 - Essas sugestões, de autoria de Adriana Cristina Araújo, têm por objetivo criar subações na área de resultado 8, programa 306, ação 2877.

A sugestão nº 52 solicita a aquisição de duas unidades móveis de castração por ano. Ao indicar as metas financeiras para o acréscimo, a cidadã não deixa claro se o seu objetivo é destinar R\$ 50.000,00 ou R\$ 500.000,00 para a execução de sua proposta.

A sugestão nº 54 tem por objetivo ampliar e reformar o gatil do CCZ, no ano de 2020. Ao indicar a meta financeira para o acréscimo, a cidadã não deixa claro se o seu objetivo é destinar R\$ 7.000,00 ou R\$ 70.000,00 para a execução de sua proposta.

A sugestão nº 59 pretende criar, para os anos de 2020 e 2021, a subação "Elaboração e implementação de Programa de Educação Ambiental Humanitária para o bem viver animal nas escolas, CRAS, Postos de Saúde, Centros de Educação Ambiental, URVPs, CEVAEs etc". Ao indicar as metas financeiras para o acréscimo, a cidadã não deixa claro se o seu objetivo é destinar R\$ 10.000,00 ou R\$ 100.000,00 para a execução de sua proposta.

A sugestão nº 60, idêntica à sugestão nº 59, tem por objetivo corrigir os valores de acréscimo apresentados na proposta anterior.

Além da falta de clareza quanto aos valores, tais sugestões não apontam as fontes para a dedução de recursos, sendo os dados, portanto, insuficientes para seu acolhimento na forma de emenda.

Por estas razões, acolho as sugestões nº 52, 54, 59 e 60 na forma de indicações que apresento.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A sugestão nº 63 pretende criar, para os anos de 2020 e 2021, a subação “Parceria com as organizações de proteção animal para encaminhamento de cães, gatos e cavalos resgatados de maus tratos para adoção responsável”. Esta sugestão não se coaduna com os ditames do §2º do art. 33 da LDO 2020.

Tendo em vista que tal proposta também não aponta as ações ou dotações para a dedução de recursos, sendo, portanto, insuficientes as informações para seu acolhimento na forma de emenda, acolho a sugestão nº 63 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 53 – A sugestão, de autoria de Álvaro Mota, Ana Brandão Belisário e Lucas Augusto Ferreira de Oliveira, propõe a implantação de 24 planos de convivência escolar em cada ano na área de resultado 2, programa 168, ação 2080, subação 08. Para isso, os cidadãos destinam apenas R\$ 2.000,00 por ano, justificando que o valor é simbólico.

Ocorre que o art. 36 da LDO 2020 veda emendas parlamentares com recursos insuficientes para entrega do bem ou serviço, razão pela qual acolho a sugestão nº 53 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 55 – A sugestão, de autoria de Célio Antunes, tem por objetivo a elaboração de projeto com vistas à prevenção da violência juvenil, no bairro Nazaré. Segundo a PBH, essa demanda não está no escopo de prioridades para o ano de 2020, uma vez que o local não é caracterizado como de alta vulnerabilidade.

Acolho a sugestão nº 55, na forma de indicação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 56 – A sugestão, de autoria de Laura Fusaro Camey, propõe criar, para os anos de 2020 e 2021, a subação “Formação Continuada em Saúde Mental dos profissionais de Saúde” na área de resultado 1, programa 117, ação 2662.

Acolho a sugestão nº 56, na forma de emenda que apresento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SUGESTÃO POPULAR Nº 65 – A sugestão, de autoria de Carla Magna da Cunha, tem por objetivo criar a subação “Implantação da Academia a Céu Aberto”, na área de resultado 3, programa 101, ação 2534.

Acolho integralmente a sugestão nº 65, na forma de emenda que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 67 – A sugestão nº 67, de autoria de Adriana Cristina Araújo, pretende criar, para os anos de 2020 e 2021, a subação “Capacitação e geração de trabalho e renda alternativas à tração animal para as novas e futuras gerações”. A cidadã não explicita o produto e o objeto do gasto, bem como as ações ou dotações de acréscimo e de dedução. Além da falta de clareza, as informações apresentadas são insuficientes para o acolhimento desta proposta na forma de emenda.

Dessa forma, deixo de acolher a sugestão nº 67.

SUGESTÃO POPULAR Nº 68 – A sugestão, de autoria de Álvaro Mota, Ana Brandão Belisário, Lucas Augusto Ferreira de Oliveira e Fernanda Morato Bomtempo, tem por objetivo realizar 20 eventos pedagógicos, na área de resultado 2, programa 168, ação 2702, subação 09. Em 2019, a PBH orçou R\$ 425.000,00 para 13 eventos. A sugestão em análise sugere o acréscimo de apenas R\$15.000,00, o que significa R\$750,00/evento. O art. 36 da LDO 2020 veda emendas parlamentares com recursos insuficientes para entrega do bem ou serviço. Ainda, a subação foi inativada no Projeto de Revisão do PPAG 2018-2021, sob a justificativa de que houve unificação dos eventos na Semana da Educação.

Acolho, portanto, a sugestão nº 68 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÕES POPULARES Nº 70, 71, 72, 73, 74 e 75 - Essas sugestões, de autoria de Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, apresentam propostas de criação de subações na área de saúde, sem apontar as ações ou dotações de dedução, sendo, portanto, insuficientes as informações para seu acolhimento na forma de emenda.

As sugestões nº 70 e 71 propõem a “Capacitação da Rede de Atendimento e Sistema de Garantia de Direitos no atendimento às vítimas de violência sexual, em



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atenção ao Protocolo de Humanização do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual” no programa 204, ação 2334 no PLOA 2020 e no Projeto de Revisão do PPAG 2018-2021, respectivamente.

As sugestões nº 72 e 73 propõem a “Ampliação do programa ‘Arte da Saúde: Ateliê de Cidadania’ e sua transformação em uma política pública, bem como a destinação de recursos ao projeto ‘Arte Esporte’” no programa 114, ação 2891 no Projeto de Revisão do PPAG 2018-2021 e no PLOA 2020, respectivamente.

As sugestões nº 74 e 75 propõem a “Aquisição de kits de coleta de amostras de evidências de material genético das vítimas de violência sexual, para a realização padronizada de exame médico-pericial” no programa 204, ação 2334 no PLOA 2020 e no Projeto de Revisão do PPAG 2018-2021, respectivamente.

Diante da importância destas propostas para os munícipes, acolho as sugestões nº 70, 71, 72, 73, 74 e 75 na forma de indicações que apresento.

SUGESTÕES POPULARES Nº 76 e 77 – As sugestões, de autoria de Álvaro Mota Homem de Faria, propõem o fornecimento de kits escolares na área de resultado Educação.

A sugestão nº 76 prevê tal fornecimento no programa 168, ação 2080, subação 03. Em 2018 a PBH executou R\$ 5.558.453,75 para atender 2.416 alunos. A sugestão propõe atender 141.000 alunos por ano com apenas R\$ 6.000,00. O próprio autor argumenta em sua justificativa que o valor é simbólico.

A sugestão nº 77 propõe o fornecimento no programa 169, ação 2542, subação 04. Em 2018 a PBH executou R\$ 1.828.073,21 para atender 3.551 alunos. A sugestão objetiva atender 76.000 alunos por ano com apenas R\$ 6.000,00. O próprio autor argumenta em sua justificativa que o valor é simbólico.

Tendo em vista que o art. 36 da LDO 2020 veda emendas parlamentares com recursos insuficientes para entrega do bem ou serviço, acolho as sugestões nº 76 e 77 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 79 – A sugestão, de autoria de Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, pretende incluir a “Capacitação de Profissionais de Entidades Socioassistenciais que executam a medida de Acolhimento Institucional”





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

na Subação “02 - Capacitação e Formação de Atores de Atendimento e Defesa do Sistema de Garantia de Direito”, no programa 163, ação 2860. A autora não aponta as ações ou dotações de dedução para efetivar a sugestão.

Sendo assim, acolho a sugestão nº 79 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 80 – A sugestão, de autoria de Célio Antunes, solicita a implantação de recipientes de coleta seletiva na Rua dos Sociais e na Rua do Campinho, no bairro Vila Maria. Propõe também a realização de campanha socioeducativa junto à comunidade, em parceria com escolas e unidades de saúde. O cidadão apresenta dois objetos de gastos e não indica o quanto de recursos será destinado para cada um. Sendo assim, as informações não são suficientes para o acolhimento da sugestão na forma de emenda.

Desse modo, acolho a sugestão nº 80 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 81 – A sugestão, de autoria de Célio Antunes, propõe o acréscimo de quatro pessoas na subação 01, da área de resultado 8, programa 307, ação 2913. O produto desta subação é “pessoa capacitada” e, de acordo com a justificativa e com os valores apresentados, o autor tinha como objetivo implantar oficinas verdes. Corroborando esse entendimento, o cidadão realiza o acréscimo de R\$ 50.000,00 para a meta física de quatro pessoas e o valor orçado, para os anos de 2020 e 2021, é de R\$ 10.000,00 para 8.000 pessoas. Sendo assim, falta clareza para o acolhimento da sugestão na forma de emenda.

Por esta razão, acolho a sugestão nº 81 na forma de indicação que apresento.

SUGESTÃO POPULAR Nº 82 – A sugestão, de autoria de Letícia Birchall Domingues, tem por objetivo reforçar a subação “03 – Implantação de sinais de pedestres com sonorização para garantia da acessibilidade às pessoas com deficiência visual e mobilidade reduzida”, na área de resultado 7, programa 60, ação 2837. Entretanto, os percentuais propostos pela autora já estão compreendidos nesta Revisão do PPAG 2018 – 2021, a qual prevê percentuais de execução de 30% para os anos de 2020 e 2021.

Por esta razão, deixo de acolher a sugestão nº 82.



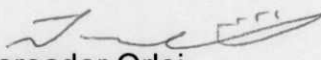


## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, acolho na forma de emendas as sugestões populares nº 14, 16, 17, 20, 23, 24, 25, 41, 56 e 65; acolho na forma de indicações as sugestões populares nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 15, 18, 21, 22, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80 e 81; e acolho na forma de pedido de informação as sugestões nº 19 e 35. Deixo de acolher as sugestões populares nº 9, 13, 28, 37, 67 e 82.

Belo Horizonte, 01 de novembro de 2019.



Vereador Orlei

Relator

